

## O livro de teologia: gênese de uma estrutura e estruturação de uma ciência

1. Por livro de teologia queremos entender (ainda que de maneira simplificada, mas não redutora), aquele que serviu de instrumento à estruturação da ciência teológica. Se supõe reversibilidade, não obriga menos a alguma restrição imediata para não entrarmos no domínio do livro bíblico sobre o qual assenta a teologia cristã<sup>1</sup>.

Não pretendemos, efectivamente, gizar aqui uma tipologia das formas de estruturação material do livro bíblico ao longo do tempo e que poderia revelar a utilização que foi feita do seu texto<sup>2</sup>. É antes nossa intenção atender à formação e formalização da ciência teológica, quando assume objecto e métodos específicos, para observarmos como isso se repercute nos seus instrumentos de trabalho.

O processo histórico da formação desta ciência, de acordo com a análise dos seus representantes mais qualificados, apresenta variantes não pouco significativas na tipologia do livro especificamente teológico e elas, por sua vez, prolongam-se na estrutura do livro em geral a partir do séc. XII. Seguir a estruturação dos seus instrumentos equivale, assim, a tomar conhecimento da própria gênese do livro moderno, fase última, senão terminal, da evolução que ele tomou séculos antes ao adoptar a forma de códice<sup>3</sup>.

A primeira etapa é a do *comentário*. Ao longo dos tempos, a tradição teológica — patristica, litúrgica, canónica, eclesiástica — foi constituindo

<sup>1</sup> M.-D. CHENU, *La Théologie comme science au XIII.e siècle*, Paris, 1969.

<sup>2</sup> Cf. HENRI-JEAN MARTIN & JEAN VEZIN (ed.), *Mise en page et mise en texte du livre manuscrit*, Paris, 1990, II - Bible, pp. 57-106 e 219-230.

<sup>3</sup> Cf. ALAIN BLANCHARD (ed.), *Les débuts du codex*, Turnhout, 1989.

em torno da *pagina sacra* uma exposição quase contínua de doutrina, de “sentenças”, isto é, de enunciados reconhecidos como autoridades, que o são em graus diversos no domínio da fé, e, portanto, na elaboração da teologia que suscita a fé<sup>4</sup>. Qualquer que seja o valor que demos a *sententia*<sup>5</sup>, a diferença que separa os enunciados dos Padres (os *authentica*) das conclusões dos Mestres (*magistralia*) expressa-se em modalidades formais e instrumentais específicas que, por sua vez, traduzem relações diferentes com o texto bíblico. Historicamente, “a distância entre os dois regimes inscreve-se expressamente nos regulamentos das Universidades que após 1200 ganham desenvolvimento e aperfeiçoam a sua pedagogia. O professor de Teologia, regente duma Escola, continua a ensinar a Escritura, a texto aberto, em comentário seguido; mas esse trabalho verá reduzida a sua dimensão perante o desenvolvimento de um outro exercício escolar, mais pessoal, mais independente, mais brilhante, a *quaestio disputata*, em que, na base de um tema por ele escolhido, estabelecerá uma discussão com os seus pares e os seus alunos e dará a sua “determinação”, situada a longa distância do cânon escriturístico e dogmático nos contextos sistemáticos em que as opções racionais e religiosas podem ter curso livre. Alberto Magno, Boaventura, Tomás de Aquino e já, antes deles, Guilherme de Auxerre (m.1231) e Filipe, o Chanceler (m.1236), sustentam questões disputadas. Teologia e exegese tornam-se não apenas distintas, mas separadas”<sup>6</sup>.

Formada em torno do texto, os métodos da teologia são na origem os da gramática e retórica<sup>7</sup>. O seu primeiro nível é o de um *comentário*. Mas, já subjacente e pressuposto a esse comentário de tipo gramatical, há um *sentido* globalizante que cria unidade de leitura e permite passar do sentido próprio, ou literal e histórico, a um sentido mais abrangente, diferente, outro, *alegórico*. Ora, há que reconhecer que “semelhante exegese, através da densidade dos sentidos sagrados, era duplamente irredutível a uma forma determinada de conhecimento racional, cujo método se desenvolvia

<sup>4</sup>M.-D. CHENU, *Loc. cit.*, p. 5.

<sup>5</sup> Pode reportar-se ao enunciado directamente recolhido nos *originalia* dos Padres ou à explicação textualizada ou também à interpretação que ultrapassa a *littera* e procura atingir um *sensus* deduzido de contextos múltiplos facultados por concordâncias, em que a harmonização intenta deduzir um valor fundamental, e ainda, finalmente, fixar-se na “definição” ou conclusão constituída por um *magister*.

<sup>6</sup>M.-D. CHENU, *Loc. cit.*, p. 26.

<sup>7</sup> Cf. MALCOLM B. PARKES, “Le pratiche di lettura”, in G. CAVALLO, C. LEONARDI, E. MENESTÒ (ed.), *Lo spazio letterario del Medioevo*, 1. *Il Medioevo Latino*. II, *La circolazione del testo*, Roma, 1993, 465-486.

segundo definições, raciocínios, demonstrações”. A passagem às *quaestiones* implica a superação de nível em modo decisivo, porque “da dialéctica, modesta arte liberal do *trivium*, que não era mais que uma técnica de elaboração verbal e conceitual, passa-se a uma filosofia do espírito que, acima de formulações racionais, comporta um conhecimento do mundo e do homem; a introdução da epistemologia aristotélica na reflexão explícita feita a partir do séc. XIII conferiu à Teologia o estatuto de ciência”<sup>8</sup>.

Tal qualificação, aliás, não está propriamente dependente da determinação de verdades *novas*, mas sim da construção racional de um ensino em que a verdade das conclusões se afirma pela demonstração, que traz consigo uma articulação explícita das verdades originais da Revelação<sup>9</sup>.

2. O percurso da Teologia na sua formação como ciência tem expressão visível no instrumento de exposição e ensino.

Até ao início do séc. XII, o livro destinado à *lectio* ou leitura da *sacra pagina* apresenta uma caixa de texto de configuração rectangular, compacta, regular e homogénea.

É, porém, um dado reconhecido que, pelo menos desde o período carolíngio, se havia tornado frequente a prática de dotar o texto bíblico escolar com explicações das palavras mais chamativas ou que haviam recebido comentários patrísticos<sup>10</sup>. Tais explicações eram lançadas na entrelinha ou na margem, algum tanto livremente, sem outra restrição que não fosse a de não perturbar o reconhecimento imediato do texto fundamental. Em razão disso, distingue-se a glosa por um módulo de letra reduzido relativamente ao da escrita do texto; para as glosas marginais remetem, por outro lado, pequenos índices de natureza alfabética (à

<sup>8</sup> M.-D. CHENU, *Loc. cit.*, p. 9.

<sup>9</sup> A *lectio* e a *disputatio* constituem “duas práticas pedagógicas diferentes de onde dimanam, por uma parte, as *expositiones*, ou comentários, de outra parte, as *quaestiones*, que, tornado-se *articuli*, formam a armadura das Sumas Teológicas”, sublinha P. HADOT, “La préhistoire des genres littéraires, philosophiques médiévaux dans l’Antiquité”, in *Les genres littéraires dans les sources théologiques et philosophiques médiévales*, Louvain-la-Neuve, 1982, pp. 1-9.

<sup>10</sup> Os formatos do livro aproximam-se do quadrado, mas a relação da caixa do texto com a superfície do suporte é surpreendentemente diferente (nomeadamente, de proporção áurea e invariante), pelo que as margens são largas e parecem admitir uma intencionalidade dirigida para o comentário marginal. Um caso exemplar é o do Vat. lat. 4929, do séc. IX e originário da região de Orléans.

maneira dos nossos expoentes de nota) colocadas em cima da palavra comentada.

Na sequência de tal prática nasce um modelo estilizado, de livro *glosado*. O primeiro centro escolar a constituir-lo parece ter sido o da Escola de Laon, sob orientação de Anselmo<sup>11</sup>. Durante três décadas, de finais do séc. XI a inícios do séc. XII (Anselmo morre em 1117), aquele mestre, com seus discípulos, coligiu sentenças de exegese bíblica e organizou-as como anotações marginais ou interlineares do texto sagrado<sup>12</sup>.

A estrutura da página apresenta, neste condicionamento, uma coluna de texto bíblico e uma ou mais de comentário lateral; variam as dimensões de cada coluna e sobretudo varia o enquadramento do comentário paralelo ao texto fundamental, de acordo com a extensão do comentário<sup>13</sup>.

À medida, porém, que a elaboração do discurso teológico se sobrepõe à recolha de sentenças e se torna autónomo, produzem-se outras variantes. Três momentos se apresentam como mais relevantes e estão patentes na morfologia da página do livro teológico<sup>14</sup>.

Num primeiro tempo, as glosas de *comentário* passam a formar o bloco central e principal da exposição. O texto da *auctoritas biblica* ocupa agora um lugar quase ornamental, em espaço reduzido, muitas vezes à esquerda do comentário; embora se lhe dê um destaque que corresponde à sua dignidade e como se depreende do módulo duplo da letra com que o texto é escrito, parece evidente que a leitura converge para o comentário. Em coluna também, mas à direita do comentário, e praticamente na margem, à altura do texto correspondente, são lançadas, em abreviatura, indicações relativas às fontes patrísticas sobre que se baseia o comentário da glosa. Estão neste formato particularmente os *Comentários aos Salmos* e os *Comentários às Epístolas Paulinas* de Pedro Lombardo. A subordinação ao texto sagrado é evidente, dado que a ordem de comentário (*ordo narrationis*)

<sup>11</sup> A não confundir com seu mestre Anselmo de Cantuária.

<sup>12</sup> C. F. R. DE HAMEL, *Glossed Books of the Bible and the Origins of the Paris Booktrade*, Suffolk, 1984.

<sup>13</sup> Cf. GUY LOBRICHON, in HENRI-JEAN MARTIN & JEAN VEZIN, *Op. cit.*, pp. 175-184.

<sup>14</sup> Cf. MALCOLM BECKWITH PARKES, "The influence of the concepts of *ordinatio* and *compilatio* on the development of the book", in *Medieval Learning and Literature - Essays presented to Richard Williams Hunt*, ed. J. J. G. Alexander & M. T. Gibson, Oxford, 1976, pp. 115-141; com alguns aditamentos, em M. B. PARKES, *Scribes, scripts and readers: studies in the communication, presentation, and dissemination of medieval texts*, Rio Grande, Ohio, 1991, pp. 35-70.

seguida pelo glosador é rigorosamente a do texto bíblico e a elaboração fica dependente dela e das fontes de que se serve; ou seja, o comentarista constrói a sua exposição em subordinação ao texto e às autoridades de que dispõe e não por força de um pensamento pessoal com estruturação autónoma e independente.

Alterações significativas a este padrão ocorrem por meados do séc. XII. São disso exemplo obras como os *Quatuor libri Sententiarum* de Pedro Lombardo e a *Concordia discordantium canonum* de Graciano. Os enunciados ganham autonomia e, como tal, desaparece a zona lateral do texto com a *autoritas biblica* ou também a referência a ela. Ora, com a autonomia de enunciado, aparece uma rubrica inicial que anuncia à cabeça o conteúdo do parágrafo. Complementarmente, anota-se o desenvolvimento discursivo marcando-o, na margem direita, por indicadores de progressão, como *prima causa, secunda causa, tertia causa, obiectio, responsio*. Em contrapartida, as fontes passam a ser consideradas como elemento auxiliar e a sua indicação é feita em forma abreviada e normalizada, sendo, no entanto, deslocada para a margem de esquerda.

Quaisquer que sejam as variantes deste modelo, o comentador restringe-se ao nível da exposição de um texto fundamental. Tal facto não é sem consequências, pois, como Boaventura de Bagnoregio acentua, o *comentador*, muito embora se situe em plano diferente do de *scriptor* e de *compiler*, não tem independência de pensamento<sup>15</sup>. Tal subordinação não confere ainda estatuto de ciência ao conhecimento teológico. Não é assim de admirar que, logo ao abrir da *Summa Theologiae* (art. II), Tomás de Aquino, na sequência de outros Mestres, como Alexandre de Hales<sup>16</sup>, ponha a questão de saber “se a doutrina sagrada é ciência”. As objecções contra tal qualificação eram precisas: “só é ciência o conhecimento que procede de princípios demonstráveis”, “não há ciência do singular e a sagrada doutrina trata de coisas singulares”, como história que é.

Para buscar a qualificação de ciência para a Teologia, Tomás tem que proceder a distinções que obedecem a demonstrações racionalizadas. A sua argumentação corresponde já ao terceiro momento da história do livro académico e é resultado da adopção da lógica aristotélica

<sup>15</sup> «Scriptor scribit aliena, nihil addendo uel mutando; compiler scribit aliena, addendo sed non de suo; commentator scribit et aliena et sua, sed sua tanquam secundaria; auctor scribit et sua et aliena, sed sua tanquam principalia», *Commentarium in Librum Sententiarum*, in *Opera omnia*, I, Ad Aquas Claras, 1882, pp. 14-15.

<sup>16</sup> Alexandre de Hales, *Summa Theologica, introd. qu. 1*: «inquirentes de doctrina theologica: 1. utrum sit scientia; 2. utrum distinguatur ab aliis scientiis; 3. de quo sit ista scientia; 4. de modo traditionis huius scientia».

no ensino oficial<sup>17</sup> com o conseqüente reconhecimento do discurso teológico como integrado no domínio da ciência<sup>18</sup>. Segundo o mesmo Tomás, “um modo diferente de conhecer dá origem a uma ciência diferente”<sup>19</sup>. E, por sua parte, Boaventura acentua que “há quatro tipos de obras, cada uma das quais postula estudo e análise diferente: o primeiro é constituído pelos livros da Sagrada Escritura; o segundo é formado pelos comentários dos Santos Padres; o terceiro pelas Sentenças dos mestres; o quarto pelas exposições doutrinárias dos mestres”<sup>20</sup>. A Teologia afirma-se como ciência quando se desprende do nível do singular em que a mantinha a história bíblica e adopta as leis da racionalização da credibilidade, ou, por outra, quando abandona o método de explicação literária da *sacra pagina* em favor dos meios de indagação intelectual. Como acentua também a *Summa* atribuída a Alexandre de Hales, o seu modo de procedimento não é “revelativo, preceptivo, deprecativo, simbólico, ou narrativo”, mas “indagativo e inquisitivo”. A estrutura do discurso teológico é “definitório, divisivo, conclusivo”, procedendo por *divisiones, definitiones, ratiocinationes*<sup>21</sup>.

O texto teológico ganha assim autonomia de conjunto e organicidade de partes. Como obra, esse texto divide-se em livros. Estes, porém, não são independentes. Para marcar a articulação entre eles atribuem-se-lhes títulos precisos, através dos quais se pretende clarificar e explicitar a

---

<sup>17</sup> Recorde-se que a *logica nova* (com a segunda parte do *Organon* aristotélico, os *Analytica, Topica, Elenchi*) chega ao Ocidente no segundo terço do séc. XIII e dá origem a um novo método de pensar. Com as *Ethicae* e a *Politica* o aristotelismo atinge o auge. “A ciência da natureza e a ciência do homem, ao desenvolverem-se, fazem expandir o campo de trabalho da teologia (...) trazendo ao *intellectus fidei* materiais não bíblicos, de si não livrescos na origem e no conteúdo. Já não são processos técnicos que se transpõem para a teologia, são realidades o que se traz, objectos com a sua densidade ontológica, a sua eficiência terrestre, a sua qualidade humana”, acentua ainda o P. CHENU, *Loc. cit.*, p. 21.

<sup>18</sup> Terá sido Guilherme de Auxerre, *Summa Aurea* (1220), o primeiro a elucubrar sobre a legitimidade de a razão argumentar em Teologia.

<sup>19</sup> *Summa theologiae, pars I, quaestio 1, art. 1 ad secundum*.

<sup>20</sup> *Collatio XIX in Hexaemeron*, in *Opera omnia*, 1891, vol. V, p. 421: «Sunt ergo quattuor genera scripturarum circa quae oportet ordinate procedere et exerceri. Primi libri sunt sacrae scripturae, secundi libri sunt originalia sanctorum, tertii sententiae magistrorum, quarti doctrinarum mundialium sive philosophorum»; cit. ap. M. B. PARKES, “The influence of the concepts of ordinatio...”.

<sup>21</sup> *Summa theologiae, Tractatus introductorius, quaestio i, art. i, cap. 4, ad secundum*: «Modus definitivus debet esse divisivus, collectivus; et talis modus debet esse in humanis scientiis, quia apprehensio veritatis secundum humanam rationem explicatur per divisiones, definitiones et ratiocinationes»; cit. ap. MALCOLM BECKWITH PARKES, *Ib.*

seqüência que eles formam num todo de conhecimento. Por sua parte, dentro de cada livro, procede-se a segmentação de *quaestiones*; estas, por sua vez, repartem-se por *articuli*; a progressão dos argumentos, por seu lado, não é assinalada à margem, mas os elementos formais são assinalados com marcas ornamentais, tais como as *litterae notabiliores*, a cor, ou como as marcas de parágrafo (*caldeirões*) também a cor; as fontes são incorporadas no enunciado e assinaladas a vermelho no corpo do texto<sup>22</sup>.

Complementarmente, o texto é preparado para leitura e consulta através de elementos auxiliares de identificação. Consideram-se como tal: os títulos correntes que passam a aparecer sistematicamente na margem de cabeceira; as cotas ou manchetes marginais referentes a conteúdos de secção; os índices ou tábuas analíticas de conteúdo derivados dessas cotas e marcados com referências de fólhos<sup>23</sup>.

Nem todos estes elementos são criação directa da padronização do livro teológico. A colocação de uma tábua de conteúdo no início de uma obra está testemunhada desde os tempos de Plínio, o Velho, que o utiliza com a intenção de poupar tempo na procura de um assunto; o procedimento, aliás, não era invenção do enciclopedista<sup>24</sup>. Essas tábuas tornavam-se agora tanto mais possíveis quanto, segundo uma antiga tradição, se formara o hábito de segmentar os textos (sobretudo os jurídicos) em secções, marcando-as com subtítulos copiados a tinta

---

<sup>22</sup> Cf. ROBERT MARICHAL, "Les manuscrits universitaires", in HENRI-JEAN MARTIN & JEAN VEZIN, *Loc. cit.*, pp. 211-218: "Saint Thomas qui a porté à sa perfection la technique scolastique énumère en tête de la Somme les parties dont elle se compose; chaque partie, chaque traité, chaque question sont précédés d'un sommaire; chaque article a pour titre une question commençant par *utrum*; il débute par l'exposé des objections: la première annoncée par *videtur quod non*, chacune des suivantes par *praeterea*; puis, après la formule stéréotypée *sed contra*, un argument contraire, généralement unique, fait connaître la réponse à la question, qu'explique et justifie le *corpus articuli*, placé ainsi au centre du dispositif et introduit par la phrase, également stéréotypée, *respondeo dicendum*; enfin, numérotées *ad primum*, *ad secundum*, etc., les répliques à chacune des objections présentées en tête. La mise en page du manuscrit se trouve donc profondément transformée."

<sup>23</sup> Tais índices ou tábuas ora são dados no início do livro ora formam cadernos independentes e como tal se difundem.

<sup>24</sup> «Procurei formar índices do conteúdo de cada livro e fi-lo com todo o cuidado para não teres necessidade de os ler por inteiro; por recurso a eles será prestado bom serviço a outros leitores que não têm de percorrer toda a obra, mas sempre que alguém desejar algo procure-o apenas no lugar em que sabe que se encontra. O mesmo fez antes de mim, para as nossas letras, Valério Sorano nos livros a que deu o título de *Inicitados* - Ἐποπτίδες - *Praef.* 33.

vermelha. É conhecido também o quadro ou cânon de concordâncias evangélicas constituído por Eusébio de Cesareia no início do séc. IV; elas só se haviam tornado viáveis por efeito de uma segmentação de texto e respectiva numeração, designadas por *capitula* ou *tituli* por Cassiodoro. E não faltam exemplos de textos patrísticos que já a partir dos seus autores foram dotados de tábuas de sumário. O próprio Agostinho constituiu um *breuiculus* ou sumário dos *capitula* do *De ciuitate dei* que remete a seu amigo Firmo, aceitando as congratulações que ele lhe enviara depois da leitura do livro 18 da mesma obra. É bem clara a intenção de tal instrumento: “quanto ao conteúdo dos 22 livros deixar-to-á perceber o sumário que aqui te envio”<sup>25</sup>.

Não obstante tais precedentes, esses elementos não aparecem de modo constante nem sistemático senão a partir do séc. XII, como fruto de uma relação nova com o livro considerado instrumento de ciência. A novidade é assinalada por Hugo de S. Vítor quando salienta que, ao contrário do que acontecia precedentemente, as dúvidas de interpretação suscitadas por um texto não são agora resolvidas por esforço de memória, e em abstracto, mas por recurso ao livro concreto em que se procura base de certeza<sup>26</sup>.

Tal relação é tão directa que não apenas conta a consulta do texto, mas o próprio formato que ele toma se torna base de memória<sup>27</sup>. Efectivamente a partir desse período, gera-se uma nova confiança no livro e ela reflecte-se na estruturação formal deste (*ordinatio librî*), procurada em razão da sua funcionalidade de acesso a conteúdos cientificamente organizados. A uma nova consciência científica corresponde um novo instrumento, que o é pelo reajustamento de formas anteriores a necessidades racional-

<sup>25</sup> Na expressão original da *Ep. ad Firmum*: «missus breuiculus indicabit».

<sup>26</sup> HUGO DE S. VICTORE, *Disdascalicon*, III, 3 (PL 176, 768): «Has septem [artes] quidam tanto studio didicisse leguntur ut plane ita omnes in memoria tenerent ut quascumque scripturas deinde ad manum sumpsissent quascumque questiones soluendas aut comprobandas proposuissent ex his regulas et rationes ad definiendum, id de quo ambigerentur, *folium librorum non quaerent, sed statim singula corde parata haberent*»; o que sublinhamos é suficiente para acentuar a diferença de novo procedimento.

<sup>27</sup> HUGO DE S. VICTORE, *De tribus maximis circumstantiis gestorum*: «Multum ergo valet ad memoriam confirmandam ut, cum libros legimus, non solum numerum et ordinem uersuum uel sententiarum, sed etiam ipsum colorem et formam simul et situm positioneque litterarum per imaginationem memoriar imprimere studeamus, ubi illud et ubi illud scriptum uidimus, quo parte, quo loco (supremo, medio uel imo) constitutum aspeximus, quo colore tractum litterae uel faciem membranar ornatam intuiti sumus»; ed. W. M. Green, *Speculum*, 18, 1943, 484-493; p. 490, 19-25.

zadoras de conhecimento. Várias fases se podem reconhecer em todo esse processo<sup>28</sup>:

1) Recurso a textos completos (os *originalia* ou *auctores in toto*<sup>29</sup>) e sua leitura mais frequente e mais disseminada segundo circunstâncias de tempo, lugar e pessoas. Isso tem repercussão nos formatos e no peso do livro: constitui-se um tamanho portátil e para diminuir o peso usa-se o pergaminho de espessura mínima, como se pode reconhecer nos exemplares da Bíblia que se divulgam a partir da região parisiense<sup>30</sup>.

2) Interesse temático em torno desses mesmos textos completos. A comprová-lo está o agrupamento das obras de determinado autor por afinidades de conteúdo. Um caso concreto é o de Santo Agostinho: num mesmo volume reunir-se-á o *Enchiridion* com a *Ep.* 137, a que se sucede um outro bloco com o *De doctrina christiana* com 16 cartas do mesmo autor, um terceiro sector com o *Tractatus super Genesim* e outras obras, e uma quarta com o *De trinitate* (Cambridge, Gonville e Caius College, ms 108).

3) Sistematização de conteúdo. Com esse objectivo procede-se a análise directa de cada obra e respectiva segmentação em unidades de conteúdo: delimitam-se as unidades mínimas de texto e marcam-se com elementos materiais; numeram-se essas unidades e o número passa a constituir elemento orientador e referência de base. Assim, o texto da Bíblia é marcado por iluminuras precisas no início de cada livro e este é dividido em capítulos com sectores materialmente marcados e distintos uns dos outros<sup>31</sup>.

4) Reorganização do conteúdo segundo segmentos fundamentais do texto: formam-se assim os *tituli* para os capítulos e as rubricas dos parágrafos<sup>32</sup>; agrupam-se as ocorrências das formas lexicais por lemas, em

<sup>28</sup> Cf. M. B. PARKES, “The influence of the concepts of ordinatio...”, que seguimos de perto na síntese que formulamos e para onde remetemos.

<sup>29</sup> Cf. J. DE GHELLINCK, “«Originale» et «originalia»”, *A.L.M.A. – Bulletin Du Cange*, 14, 1939, 95-105.

<sup>30</sup> Cf. LAURA LIGHT, “French Bibles c. 1200-30: a new look at the origin of the Paris Bible”, in *The early medieval Bible*, ed. R. Gameson, Cambridge, 1994, pp. 155-176.

<sup>31</sup> Tal prática inicia-se em França em data anterior a 1203. O mesmo processo é usado por alguns comentadores para outras obras mesmo profanas: é o que faz Averrois para Aristóteles e o que faz Alexandre de Hales para as Sentenças de Pedro Lombardo (que são divididas em *distinctiones*). A data referida é a do ms Troyes 1046, mas não sem razão se atribui semelhante trabalho a Pedro Comestor, ou Pedro Cantor, e se considera mais verosímil que na sua origem esteja Estêvão Langton.

<sup>32</sup> Grossatesta estabelece *tituli* para as *Ethicae* de Aristóteles; Roberto Kilwardby cria *tabulae* para textos patrísticos.

*concordâncias*, ou segundo as variantes de sentidos, *distinctiones*. Os *tituli* reúnem-se em tábuas e índices, uns de carácter temático e outros de carácter alfabético. Entre os primeiros, podem colocar-se as *intenciones*, *capitula*, *conclusiones*, *tabulae*, do dominicano Roberto Kilwardby<sup>33</sup> ou o índice patrístico de Roberto de Paris. Das concordâncias devem mencionar-se as *Concordantiae Biblicae*, organizadas pelos Dominicanos de S. Jacques de Paris, sob a orientação de Hugo de Saint-Cher (a partir do ano 1230): para referência, aproveita-se a divisão em capítulos e, para situar o texto, opera-se uma repartição do capítulo em sete sectores, cada um dos quais numerados com uma letra que vai de *a* a *g*<sup>34</sup>. Entre outros exemplos podem apontar-se *Alphabetum auctoritatum* de Arnulfo de Liège (1276), *Tabula exemplorum secundum ordinem alphabeti* (1277), *Alphabetum narrationum* (1296).

Nalguns casos, temos indicação concreta das várias fases do processo: num exemplar dos *Moralia in Iob* (Cambridge, Peterhouse, ms. 89 - sec. XIII), Fr. William de Tatewic assinala que “por sua mão fez correcções do princípio até ao fim, pôs títulos com anotações especiais nas margens e constituiu a tábua de conteúdo em ordem alfabética em cadernos independentes”.

5) Como efeito de intenções sistematizadoras ganha relevo a *compilatio* que consiste na (re)organização de materiais colhidos em diversos autores; daí resulta um novo enciclopedismo. As *Summae* são a expressão da síntese do saber num determinado domínio e sua racionalização temática. Um outro exemplo elucidativo podemos colhê-lo nos *Specula (naturale, doctrinale, morale, historiale)* de Vicente de Beauvais<sup>35</sup>. No prólogo geral traça ele um plano global destinado a incorporar num todo orgânico os materiais recolhidos nas *auctoritates* e respeitantes à ciência natural, à teologia cristã, à história humana<sup>36</sup>. Preside a esse plano um esquema orgânico e hierarquizado: “Tudo considerado, achei que não havia modo mais pertinente de proceder do que aquele que escolhi: seguir a ordem da Sagrada

<sup>33</sup> D. A. CALLUS, “The «Tabulae super originalia Patrum» of Robert Kilwardby O. P.”, in *Studia mediaevalia in honorem R. J. Martin*, Bruges, 1948, 243-270.

<sup>34</sup> Não será de menos importância reconhecer que tal divisão se manterá até nossos dias na Enciclopédia Britânica.

<sup>35</sup> VICENTII BURGUNDII, *Speculum quadruplex*, Douai, 1624.

<sup>36</sup> «Flores pro modulo ingenii mei electos ex omnibus fere quos legere potui, siue nostrorum, id est catholicorum doctorum siue gentilium, scilicet philosophorum et poetarum et ex utriusque historicorum in unum corpus uoluminis quodam compendio et ordine summatim redigere».

Escritura, tratando primeiro do Criador, depois das criaturas e, apenas depois, da queda e da redenção do homem, seguidamente dos acontecimentos históricos, segundo a ordem da sua ocorrência, de forma ordenada”. Tratar os temas ordenadamente significa para Vicente de Beauvais “apreender a verdade e expô-la por divisões, definições e estrutura racionalizada”, recolhendo das obras ao seu dispor o que for mais conveniente. Ainda no prólogo, cap. II, escreve também: “Para que cada uma das partes desta obra ganhe maior clareza de leitura, quis dividi-la toda em livros e os livros em capítulos. Decidi chamar à obra *Speculum maius*: «espelho», pelo facto mesmo que é feito a partir daquilo que merece especulação, ou seja, admiração ou imitação (...); «maior», para o distinguir de outro anteriormente lançado a público”. (...) “Tirando uma flor e a medula de muitos livros, concertei um único volume e depois organizei-o por títulos, segundo ordem conveniente” (cap. III). “Finalmente, porque, como já foi dito, esta obra foi organizada a partir de diversos autores, para que se saiba o que é que pertence a cada um deles, a cada sentença individual acrescentei um nome e, para que não saltassem do lugar próprio, não o deixei ficar à margem como acontece no Saltério glosado e nas Epístolas de Paulo ou nas Sentenças, mas inseri-o em linha isolada, como fez Graciano na Compilação dos Cânones” (cap. II).

As referências de Vicente de Beauvais são claro testemunho do ponto de partida nestes procedimentos comuns correspondentes a formas de organização dos conhecimentos e formas de apresentação do livro. O modo de compilação generaliza-se e, tal como em Plínio, também agora se procura uma estruturação que permita tanto racionalização de conhecimentos como acesso funcional a conteúdos sistematizados.

A generalização do trabalho é testemunhada por Richard de Bury quando comenta que os Mestres das novas ordens religiosas (os Mendicantes) “se entregam sem descanso a tarefas de correcção, exposição, tabulação e capitulação dos mais diversos livros”<sup>37</sup>. Os exemplos multiplicam-se e atingem as obras mais diversas. Neles podem ser incluídos casos como *Liber explorum ad usum praedicatorum*, realizado por Franciscanos ingleses, ou as *Flores Bernardi*, que recolhem de um autor o que corresponde a um esquema racionalizador e universalizante e distribui por dez livros. Esse

<sup>37</sup> RICHARD DE BURY, *Philobiblon*, ed. E. C. Thomas, Oxford, 1960, p. 92: «Nonnullos habuimus de duobus ordinibus, Praedicatoribus uidelicet et Minorum, nostris assistentes lateribus nostraeque familiae commensales, uiros utriusque utique tam moribus insignitos quam litteris, qui diuersorum uoluminum correctionibus, expositionibus, tabulationibus ac compilationibus indefessis studiis incumbant».

mesmo modelo é apontado como subjacente a obras tais como o *Decamerone* de Boccaccio, a *Confessio amantis* de John Gower<sup>38</sup> ou mesmo os *Contos de Cantuária* de Chaucer.

Semelhante proliferação corresponde a uma nova mentalidade fundada sobre o sentido da instrumentalidade das novas estruturas do livro: não só facilitam a leitura e a compreensão dos conteúdos como situam a busca de informação. O início pertence ao livro teológico e dele irradia para outros domínios. Num primeiro momento são sobretudo as Ordens recém-fundadas, como os Cistercienses<sup>39</sup> e os Mendicantes, a servirem-se dos novos instrumentos para estudo ou para mais facilmente se dedicarem à sua missão evangelizadora e de defesa da fé contra as heresias. Entretanto, a sua utilização expande-se nos meios escolares. A adopção dessas novas estruturas pelos Mestres encontra, por outro lado, aceitação decisiva entre os profissionais do livro, executantes e livreiros, que procuram adaptar-se e corresponder às exigências dos seus clientes. A generalização é de tal modo assumida que obras mais simples testemunham uma preocupação sistematizadora. Não é assim pouco significativo que o anónimo autor da *Vita Sancti Antonii* conhecida pelo incipit de *Assidua* assinale no prólogo as operações formais a que se atém: “Ut detur occasio citius inueniendi quod querunt, opus istud in duas partes distinxit et rubricas singulas singulis capitulis inserui”<sup>40</sup>.

Com este alargamento de processos formais está garantida a estrutura moderna do livro e nada mais lhe será acrescentado senão o fólio de rosto que aparecerá nos primórdios da imprensa. Fundamentalmente, uma determinada obra não é apenas um produto intelectual, é também e sobretudo uma estrutura articulada em unidades discretas e orgânicas. A

---

<sup>38</sup> A descoberta recente de um manuscrito com a tradução portuguesa medieval desta obra, que, como se sabia, fora realizada na corte de D. João I por Roberto Paym, da comitiva da rainha Dona Filipa de Lencastre, deixa em aberto a questão do interesse entre nós por este texto que é a compilação de um saber moral organizado. Para uma notícia sobre o manuscrito dessa tradução, cf. ANTONIO CORTIJO OCAÑA, “La traducción portuguesa de la *Confessio amantis* de John Gower”, *Euphrosyne*, 23, 1995, 457-466.

<sup>39</sup> R. H. ROUSE, “Cistercian Aids to Study in the Thirteenth Century”, in *Studies in Cistercian History II*, ed. J. R. Sommerfeldt (Cistercian Studies Series 24), Kalamazoo, 1976, pp. 123-134; R. ROUSE & M. A. ROUSE, *Preachers, Florilegia and Sermons: Studies on the Manipulus Florum of Thymas of Ireland*, Toronto, 1979; “Statim invenire – Schools, Preachers and new Attitudes to the Page”, in *Renaissance and Renewal in the Twelfth Century*, ed. R. L. Benson & G. Constable & C. D. Lanham, Oxford, 1982, 201-225.

<sup>40</sup> *Vita Prima di S. Antonio o «Assidua» (c. 1232)*, ed. Vergilio Gamboso, Pádua, 1981, § 1, 7.

realidade virtual acede a explicitação de leitura e comunicabilidade através da análise que se prolonga no suporte com marcas orientadoras dessa mesma leitura.

3. Se o processo faz parte da cultura europeia num determinado momento da sua história, a sua repercussão na realidade portuguesa é algum tanto fragmentária, mas não está ausente. Os nossos fundos de manuscritos não podem comparar-se aos de outros países da velha Europa. São escassos os exemplares comprovativos da evolução do livro teológico e é difícil encontrar nele encadeamento explícito. Só nalguns casos, por outro lado, se poderá estabelecer rigorosamente ligação com origem e práticas especificamente locais, pois, por falta de elementos explícitos, não se torna fácil distinguir o que é aleatório e alienígena do que é opção esclarecida e produto local.

As razões de semelhante situação têm sido objecto de apreciação diversa, mas são certamente de índole institucional. Como a seu tempo Peter Russell<sup>41</sup> sublinhou, a presença de portugueses no *Studium* de Oxford no decorrer dos séc. XIV e XV relevam provavelmente de dois factores negativos que terão estado na origem do atraso na estruturação de um ensino teológico dentro da universidade portuguesa e bem assim na base da sua denegação por parte de Roma<sup>42</sup>: por um lado, a formação elementar de que é vítima o clero português; por outro lado, a desconfiança quanto à ortodoxia da instituição universitária.

Pode-se efectivamente presumir que o nível da formação eclesiástica era elementar quando, pouco tempo antes do requerimento da fundação da Universidade, vemos o sínodo de Braga de 1281 estabelecer como regra de prudência que não seja promovido ao subdiaconado quem pelo menos não saiba cantar e ler em latim: o restritivo *saltem* do texto é certamente elucidativo de uma situação generalizada, embora se conceda que os clérigos que pretendam instruir-se nas letras (*grammatica*)

<sup>41</sup> PETER E. RUSSELL, “Medieval Portuguese students at Oxford University”, *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, I, Münster, 1960, pp. 183-191

<sup>42</sup> Sublinha P. E. Russell que tanto Nicolau IV, em 1290, como Clemente VII, em 1380, negaram à Universidade Portuguesa o direito de conceder diplomas em Teologia. Note-se, todavia, que na “Carta Magna de Privilégios” concedida por D. Dinis a 15 de Fevereiro de 1309 pressupõe o ensino da sacra pagina confiado aos conventos dos Frades Pregadores e dos Menores. Os Estatutos de D. João I, dados a 16 de Julho de 1431 estabelecem já normas para a colação do grau em Teologia. Cf. Os primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra, introd. de Manuel Augusto Rodrigues, leitura paleográfica de Maria Teresa Nobre Veloso, trad. de José Galdes Freire, Coimbra, 1991.

possam usufruir durante três anos dos seus benefícios sem obrigação de residência<sup>43</sup>. Quanto à ortodoxia, as preocupações de Álvaro Pais no *Status et Planctus Ecclesiae*<sup>44</sup> não são certamente documento suficiente por falta de referência mais concreta nem tão pouco poderá sê-lo a figura do misterioso Tomás Escoto, que se terá permitido exibir doutrinas menos comuns nos nossos meios.

As razões da restrição são provavelmente outras para só pela bula *Ad Studium* do Papa Gregório XI, em 1376, ter sido concedida autorização de ensino da Teologia na universidade portuguesa<sup>45</sup>. Aliás, o momento de tal concessão não era o mais auspicioso para a instituição, como se comprova pelo facto de em 7 de Julho de 1380 o antipapa Clemente VII ser levado a intervir na sua reorganização. Era sem dúvida o mau funcionamento institucional o motivo que levava portugueses a procurar noutras terras o que aqui não encontravam<sup>46</sup>. Mas, se é facto também que nos próprios assentos das universidades estrangeiras os nomes reconhecidamente portugueses de estudantes de teologia não abundavam e se Roma, ao longo de um século, se recusara a instituir uma Faculdade para o ensino da Teologia (reservando tal direito ao Estudo de Paris), a motivação ou o estímulo para o estudo desta ciência vinha certamente de fora. Tinha influência sobretudo em membros das Ordens Religiosas. A estas, através das próprias disposições régias<sup>47</sup>, ficava garantido o direito de ensinarem a

<sup>43</sup> Cf. *Synodicon Hispanum. II - Portugal*, Madrid, 1982, pp. 16 e 29.

<sup>44</sup> Postas em destaque por PETER E. RUSSELL, *loc. cit.* Cf. também F. GAMA CAEIRO, “Sobre heresias medievais: em torno aos «Decretos» de Soeiro Gomes”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Univ. de Coimbra (Estudos em homenagem aos Profs. Manuel Paulo Merêa e Guilherme Braga da Cruz)*, 1983. Para ÁLVARO PAIS, *Estado e Pranto da Igreja (Status et Planctus Ecclesiae)*, estabelecimento de texto e tradução de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, INIC/JNICT, 1988-1995, vols. I-V, e em curso de publicação.

<sup>45</sup> ANTÓNIO DE VASCONCELOS, “A Universidade Portuguesa Dionisiana - Súmula da sua História (1290-1937)”, in *Escritos Vários*, vol. I, Coimbra, 1987 (reed.), pp. 107-153, depõe (p. 111-112) que “O monopólio do ensino da Teologia, e da colação de graus nesta ciência, começava a tentar estabelecer-se a favor da Universidade de Paris, denominada, por antonomásia, *Romanae Sedis Studium*; desejavam os Papas que, os que procurassem ornamentar-se com a cultura superior e graus teológicos, recorressem exclusivamente àquela alma *Mater Studiorum*”.

<sup>46</sup> J. VERÍSSIMO SERRÃO, *Portugueses no Estudo de Toulouse*, Coimbra, 1954, p. 32 (cf. ID., *Les Portugais à l'Université de Toulouse (XIII.e-XVII.e siècles)*, Paris, 1970). As razões a apontar serão sempre indicativas e não exclusivas, pois não o eram noutros domínios do saber; cf. também para áreas que não as da Teologia, J. VERÍSSIMO SERRÃO, *Les Portugais à l'Université de Montpellier (XII.e - XVII.e siècles)*, Paris, 1971.

<sup>47</sup> Cf. Carta magna dos privilégios da Universidade passada em 15 de Fevereiro de 1309 por D. Dinis.

*sacra pagina*. Certamente para estarem em pé de igualdade com os seus colegas de outros países, com quem se encontram em reuniões estatutárias comuns, os membros das Ordens Religiosas portuguesas sentem-se atraídos ao estrangeiro a fim de aí frequentarem cursos de teologia. Nalguns casos pelo menos por lá ficaram a ensinar e terão atraído outros conterrâneos. A escolha de destinos terá obedecido a factores que tanto podem ter sido de índole política como de índole pessoal<sup>48</sup> ou bem assim de facilidades abertas (opção por Oxford e afastamento de universidades francesas em razão de divisões na obediência ao Papa<sup>49</sup>, desvio de Salamanca e Valhadolide por hostilidades com Castela<sup>50</sup>, escolha do Colégio de S. Clemente em Bolonha, pela disponibilidade de dois lugares criados pelo fundador, o Cardeal Albornoz<sup>51</sup>).

É certamente nesta base de contactos com centros específicos de cultura que num Fundo de manuscritos representativo como o de Alcoçaba podemos encontrar vestígios de manutenção de tradições hispánicas<sup>52</sup> cruzarem-se com as novidades representadas pelos Victorinos Hugo e Ricardo, em códices do séc. XIII<sup>53</sup>.

---

<sup>48</sup> Será o caso específico de “Thomas Portugallensis”, franciscano, que foi escolar em Oxford e Paris e regeu cursos em Salamanca, Cambridge, Coimbra e Toulouse.

<sup>49</sup> Salientado por P. E. RUSSELL, *loc. cit.* Cf. também J. VERÍSSIMO SERRÃO, “Escolares portugueses nas Universidades do Sul de França (1350-1400)”, *Ocidente*, 44, 1953; “Les étudiants portugais dans les Universités du Midi de la France à la fin du XIV. e siècle”, *Bulletin Historique et Philologique du Comité des Travaux Historiques et Philologiques*, Paris, 1955.

<sup>50</sup> J. VERÍSSIMO SERRÃO, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)*, Lisboa, 1962, lembra que só em 1394 Salamanca tem três cátedras de Teologia (graças aos bons officios do cardeal D. Pedro de Luna, legado do Papa Clemente VII); Valhadolide é beneficiada com uma cátedra em 1418 e Lérida em 1430. Retenha-se do mesmo estudo, quanto a outros domínios científicos, que, durante a crise da independência, o Con<sup>o</sup> Vasco Rodrigues, que por volta de 1380 era lente de Cânones na Universidade de Salamanca, vê-se forçado a regressar a Braga, sua diocese de origem.

<sup>51</sup> ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, Bolonha, 1990.

<sup>52</sup> Assim nos parece podermos interpretar alguns dados do seu Fundo: Cf. AIRES A. NASCIMENTO, “Livro e leituras em ambiente alcobacense”, *Actas do X Centenário do nascimento de S. Bernardo - Encontros de Alcoçaba e Simpósio de Lisboa*, Braga, 1991, 147-164; “A experiência do livro no primitivo meio alcobacense”, *Ib.*, pp. 123-146 e “Le scriptorium d’ Alcoçaba: identité et corrélations”, *Lusitania Sacra*, 2<sup>a</sup> série, 4, 1992, 149-162.

<sup>53</sup> O Capítulo Geral da Odem Cisterciense determinara que os monges portugueses fizessem estudos na Universidade de Estela, em Navarra. O cronista cisterciense Frei

Importante sobretudo é que, por elementos materiais (especificamente da encadernação)<sup>54</sup>, possamos atribuir pelo menos a alguns desses códices uma origem local e não estrangeira. É o que se verifica com códices onde encontramos obras como os *Commentários aristotélicos* de Adão Ânglico (Alc. 179), o *Commentarium in Epistulas Pauli* de Pedro Lombardo (Alc. 401), *Commentarium in Concordantias Evangelicas* de Zacarias Crisopolitano (Alc. 407), a *Expositio super Mathaeum*, de Guilherme de Paris (Alc. 341), etc.<sup>55</sup>. Não pode isso significar menos que uma opção motivada e empenhada: no mínimo teremos que admitir que o livro não chega a Alcobaça por qualquer acaso fortuito ou aleatório, mas como resultado de uma vontade que se manifesta no próprio envolvimento da instituição em procurar, obter e reproduzir o livro de que precisa.

Nessa integração institucional e inserção na cultura do tempo compreenderemos melhor a existência em Alcobaça de obras como as *Sentenças* de Pedro Lombardo (Alc. 22, 235, 362, 417), o *Commentarium super Libros Sententiarum* de Hugo de Saint-Cher (Alc. 147), os comentários de Gilberto Porretano (Alc. 178; 436) ou as *Concordâncias Bíblicas*, do terceiro modelo de St. Jacques de Paris (Alc. 439)<sup>56</sup>, as *Glosas* de Anselmo de Laon (Alc. 220).

A biblioteca monástica, e obviamente o interesse científico, alarga-se, aliás, a outras faixas de conhecimento que não apenas teológico e nelas se integram obras como *Notitiae super librum Topicorum Aristotelis* (Alc. 175) do dominicano inglês Roberto Kilwardby (m. 1279), ao lado da 2ª parte do *Organon* aristotélico num único códice (Alc. 77: *Analytica, Elenchi, Topica*) ou *Ethica, Politica, Oeconomica* do mesmo corpus aristotélico (Alc. 284) e bem assim o *De geometria speculativa* de Thomas Bradwardine<sup>57</sup> (Alc. 285), o *De proprietatibus rerum* de Bartolomeu Ânglico (Alc. 383), o *De vita et moribus philosophorum* de Walter Burley (Alc. 71), etc.

A existência de obras como estas na biblioteca monástica não era certamente resultado de mera curiosidade ou fruto de algum desvio mal

---

Manuel dos Santos, porém, contrapõe: “quanto os estudos não sey que os nossos Monges Portugueses fossem estudar a Navarra nem a Salamanca, mas hiam a Paris os que se haviam de graduar”, *Alcobaça Ilustrada*, p. 49.

<sup>54</sup> AIRES A. NASCIMENTO, *Encadernação portuguesa medieval – Alcobaça*, Lisboa, 1984.

<sup>55</sup> Cf. *Ib.*, pp. 83 ss.

<sup>56</sup> AIRES A. NASCIMENTO, “Três notas alcobacenses... Concordâncias bíblicas”, *Didaskalia*, 12, 1982, 185-194.

<sup>57</sup> Cf. edição recente de George Molland, *Thomas Bradwardine, Geometria Speculativa (latin text and english translation with an introduction and a commentary)*, Stuttgart, 1989.

consentido. Ainda que não sejam especificamente teológicas só encontram justificação plena num ambiente que tinha em bom apreço a preparação requerida pela ciência teológica.

Valor de testemunho escolar terá porventura um *Compendium Theologiae veritatis* de Hugo Ripelino (Alc. 210; 376), mas não manifesta menos um ambiente vivido ou talvez mesmo algum interesse mais directo (no caso a obra, escrita por 1265, é apontada como de divulgação de doutrina sobre o Anti-Cristo). Em nível similar haverá porventura que colocar outras obras como *Quaestio in libros Sententiarum* de Guerry de Saint Quentin (Alc. 147) ou as obras de S.to Tomás (Alc. 261, 262, 265) e comentários às mesmas (Alc. 86, 87, 95, 96, 97, 130) ou também as obras de mais um franciscano de Oxford (m. 1294), Adão de Buckfield (Alc. 179) ou do cisterciense Baldwin de Ford (Alc. 450), o *Speculum Historiale* de Vicente de Beauvais, infelizmente hoje documentado apenas em dois capítulos (Alc. 447).

Em perspectiva de conhecimento teológico cabem, obviamente, obras como as de S.to Anselmo, *Cur deus homo* (Alc. 170), *De Verbi incarnatione* (Alc. 170), *De beatitudine* (Alc. 153).

Faltam indicações concretas do percurso que boa parte desses textos fizeram para chegarem até à biblioteca de que ficaram a fazer parte; não se lhes podem negar, no entanto, intenções e certamente usos que estarão na origem da sua chegada até Alcobaça e terão de ser recuperados por aprofundamento do seu estudo. Os códices cuja origem se pode atribuir à instituição bastam para testemunhar o apreço e deixam em aberto as perspectivas sobre os interesses cultivados.

Por outra parte, para reconhecer a atenção aos elementos estruturais do livro, não é certamente pouco sintomático que os *Moralia in Iob* (Alc. 349-351) venham precedidos de uma tábua de conteúdos e se possa também reconhecer que há elementos materiais que confirmam a origem local dos códices em que se encontra essa obra<sup>58</sup>.

A adopção local dos novos padrões instrumentais do livro está, de resto, patente noutros casos: por exemplo, na *Summa Sermonum* de Fr. Paio de Coimbra (Alc. 5), copiada em Alcobaça por Domingos Pires, natural de Lisboa e monge de Alcobaça em Outubro de 1250, a pedido do Abade de S. João de Tarouca, D. Pedro Anes; bem visíveis nas margens do texto são as manchetes de conteúdo; por outro lado, a tábua que reúne

<sup>58</sup> AIRES A. NASCIMENTO, "Um testemunho da tradição hispânica dos «Moralia in Iob»: Lisboa, BN, Alc. 349-351", *Archivos Leoneses*, 79-80, 1986, 313-331.

essas manchetes constitui um caderno independente, mas as referências não deixam dúvidas quanto à correspondência com o exemplar em causa<sup>59</sup>.

Nesse contexto, não é de ter em menos conta o número largo de comentários bíblicos presentes em Alcobaça; o índice quantitativo (mais de sessenta) é, no caso, suficientemente relevante. Por outro lado, os instrumentos lexicais para essa área estão igualmente bem representados: *Distinctiones* de Mauritius Hibernicus (Alc. 6; 25), *Summa Abel* de Pedro Cantor (Alc. 410), *Summa Angelus* de Garnier de Rochefort (Alc. 410; 234), *Liber derivationum* de Hugúcio de Pisa (Alc. 277), as *Derivationes* de Osberno de Gloucester (Alc. 151) ou bem assim as *Concordantiae Biblicae* (Alc. 439) e as *Concordantiae* de Zacarias Crisopolitano (Alc. 246, 407).

É certamente menos significativo o número de obras teológicas nascidas no nosso meio ou devidas a autores portugueses. Se podemos atribuir a origem portuguesa os *Sermões* de Santo António<sup>60</sup>, além da *Summa Sermonum* de Fr. Paio, já referida, apenas descortinamos o *Speculum disputationis contra Hebraeos* de João de Alcobaça (Alc. 236; 270). Mas não é talvez sem pertinência que devemos reconhecer que, pelo conteúdo, ele se aproxima das obras de Pedro Alfonso (*Dialogus contra Iudeos*) e Gilberto Crispim (*Disputatio Iudei cum Christiano*). Estas, por seu lado, aparecem sintomaticamente reunidas num único códice (Alc. 148). Tendo em conta que tal reunião constitui ocorrência única na tradição textual teremos também aqui de supor que tal facto não é casual e que obedece a critérios afins aos que se podem reconhecer noutros centros e consistiam em reunir num único volume textos similares.

Outros textos de autores portugueses ficaram no estrangeiro. Fr. André do Prado, que em meados do séc. XV escreveu o *Horologium fidei* a pedido do Infante D. Henrique (Vat. lat. 1068)<sup>61</sup>, constituiu, enquanto estudante em Bolonha, uma obra com o título de *Spiraculum Francisci Mayronis siue Liber Distinctionum* (Assis, Bib. Com. Cod. 45; Oxford, Bodl. Cod. Canon Script. eccl. 389).

---

<sup>59</sup> BERNARDINO FERNANDO DA COSTA MARQUES, *Sermonário de Frei Paio de Coimbra – edição e interpretação da estrutura e formas de pregação*, Porto, 1994 (diss. de Mestrado na Fac. de Letras da Uiv. do Porto).

<sup>60</sup> FRANCISCO DA GAMA CAEIRO, *Santo António de Lisboa*, Lisboa, 1967.

<sup>61</sup> ANDRÉ DO PRADO, *Horologium fidei - Diálogo com o Infante D. Henrique*, ed. Aires A. Nascimento, Lisboa, INCM, 1994.

Em fundos ingleses podem hoje encontrar-se manuscritos com obras escritas por autores portugueses. Sirvam de exemplo<sup>62</sup>:

1) Oxford, Bodleian L., Digby ms n° 236, fl. 190-194 (sec. XIV): Afonsius Dyonisii, *Tractatus Averoy de separatione primi principii ... et iste tractatus translatus fuit a magistro Afonsio Dionysii de Ulixbona, hispano, apud Vallem Toleti*<sup>63</sup>, interprete Alfonso conuerso.

2) Oxford, Merton Coll. ms CVI, fls. 136-141 (sec. XIV), Alphonsus de Portugalia, *Quodlibetales quaestiones*.

3) Cambridge, St. Peter Coll. ms n° 64, 78 fls. (sec. XIII), Didacus Portugalensis Sententiarum Minorem (...) *Contra Iohannem Duns Scotum, Doctorem Subtilem*.

4) Oxford, All Soul's Coll. ms n° 444, fls. 127-133 (sec. XV), *Anima artis transmutacionis supra Testamentum, Codicilum, Vademecum et Lapidarium (...). Finiuit Raymundus Magnus istum libellum in Monte Pessulano, regnante rege Roberto, anno ab incarnatione Domini 1321. Deo gratias. Et sic finitur prescriptus secundum exemplum quod habui a Portugalia*.

5) Oxford, All Souls Coll. MS 47, fl. 172r-190: Andreas Didaci, *Sermo ad clerum die sancti Iohannis Apostoli et Euangeliste factus coram domino nostro beatissimo Papa Martino quinto millesimo quadringentesimo uicesimo tertio*.

6) Oxford, Balliol Coll. MS 165A, pp. 497-513: Andreas de Prato, *Sermo magistri Andree de Prato ordinis Minorum prouincie Portugalie*.

4. Por fragmentários que sejam estes dados ou por limitados que eles se apresentem e pese embora a necessidade de uma visão de conjunto dever abordar outros domínios, como fossem os instrumentos de cultura jurídico-moral, não são esses dados tão banais que não devam ser motivo de alguma reflexão.

Fragmentários, mas não isolados, valem tanto pelo que são como pelo que deixam supor. Por trás desse mundo dos livros está um grupo organizado de homens que vivem uma relação activa com o mundo da cultura do seu tempo, aceitam os seus textos e são capazes de perceber o valor instrumental da própria estrutura formal do livro e bem assim de a transpor para os códices que constituem sob sua responsabilidade e em seu proveito. O universo teológico dos monges cistercienses de Alcobaça é feito do comentário bíblico, da leitura dos Padres, mas também do

<sup>62</sup> Os quatro primeiros são referidos por P. AVELINO DE JESUS DA COSTA, "Geórgicas de Virgílio (Fragmentos portugueses do séc. XI)", in *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, 1992, p. 124.

<sup>63</sup> Vallem Oleti *certe legendum*.

conhecimento da problemática teológica do seu tempo e da utilização dos instrumentos que o mundo da cultura constituiu e que eles partilham, adoptam e transferem para o seu mundo próprio. Porventura não era menos amplo o horizonte de outras casas e instituições monásticas e canónicas. As pessoas circulavam e com elas circulava o livro e não é pouco o que a disseminação dos testamentos deixa pressupor<sup>64</sup>.

A escassez de testemunhos nos nossos fundos de manuscritos não pode ser pretexto para ignorar o valor deles e induzir os modos de ler e as relações estabelecidas pelas nossas instituições eclesiásticas e seus membros com o mundo da cultura ao longo dos tempos. Fr. Fortunato de S. Boaventura é exemplo de dedicação ao aprofundamento dos dados que tinha à sua disposição no Fundo de Alcobaça<sup>65</sup>. Nalguns aspectos, temos hoje maior consciência da dimensão dos problemas para lhes darmos uma integração mais completa. Mas mal andaríamos se nos déssemos por satisfeitos com algum estudo pontual sem aspirar a um conhecimento sistemático e global. Por isso lamentaremos a falta de inventários tecnicamente bem estruturados e criticamente bem documentados ou a ausência de enquadramento institucional para esforços individuais que tem continuado a haver, embora muitas vezes dispersos<sup>66</sup>.

Quanto à diáspora teológica dos portugueses só a pouco e pouco ela se vai revelando e falta ainda estudar testemunhos já dados a conhecer. Homens como Fr. Manuel do Cenáculo procuraram notícias sobre a existência de testemunhos que dissessem respeito à tradição portuguesa. Nem sempre teremos estado atentos aos inventários estrangeiros para colmatar as nossas lacunas e alargar os nossos horizontes de conheci-

---

<sup>64</sup> AIRESA. NASCIMENTO, “Concentração, dispersão e dependências na circulação de manuscritos em Portugal, nos séculos XII e XIII”, in *Colóquio sobre circulación de códices y escritos entre Europa y la Peninsula en los siglos VIII-XIII (16-19 septiembre 1982) – Actas*, Santiago de Compostela, 1988, pp. 61-85 (urge reformular alguns dados por aquisições posteriores).

<sup>65</sup> Recorde-se a obra de fundamental valor que é *Commentarium de Alcobacensi mancriptorum Bibliotheca Libri Tres*, Coimbra, 1828.

<sup>66</sup> Semelhante falta de articulação e inconsistência de esforços estará porventura na base de não ter sido aproveitada devidamente a experiência de uma autoridade em conhecimento do fundo alcobacense como o P. Mário Martins, a quem não faltava saber, mas a quem não foi dado enquadramento académico para institucionalizar o que ele podia transmitir. A contrapartida de um trabalho de conjunto pode testemunhar-se, por exemplo, no *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. de G. Lanciani e G. Tavani, Lisboa, 1993.

mento<sup>67</sup>. É certo que os nossos antepassados não faziam escolhas em razão de afinidades de origem. Não é menos certo, porém, que estudantes e professores saídos da nossa terra não renegavam a sua pátria de origem e frequentemente a dão como elemento identificador. Muito terão aprendido no estrangeiro, e certamente bastante terão trazido de volta que terá contribuído para manter vivo o sentido de uma cultura comum. Esquecê-los, ainda quando não sejam estrelas de primeira grandeza, será apoucar a dimensão que nos pertence.

Enfim, a fragmentação de dados e a dispersão das nossas iniciativas não nos permite reconstituir facilmente o mundo dos homens que nos precederam. Mas tal fragmentação não pode ser pretexto para fantasias infundadas, como também não pode justificar o abandono a que, indivíduos e instituições, temos votado muito daquilo que fomos. Com isso arriscamos-nos a não ser o que devemos a nós próprios e ao nosso tempo. O livro manuscrito teológico é um desafio à nossa argúcia, à nossa vontade e à nossa capacidade de análise. Bem merece a atenção que lhe tem faltado quer como texto quer como livro<sup>68</sup>.

AIRES A. NASCIMENTO

---

<sup>67</sup> Sabemos por experiência quanto o domínio bibliográfico é ingrato pelo facto de as referências se encontrarem dispersas: razão maior para sermos sistemáticos e constituirmos trabalho coordenado, sem que isso nos dispense de revisão permanente dos nossos instrumentos de trabalho. O esforço de equipa feito para a constituição de *HISLAMP*A (*Hispanorum Index Scriptorum Latinorum Medii Posteriorisque Aevi*) - *Autores Latinos Peninsulares da Época dos Descobrimientos*, Lisboa, 1993, se nos dá consciência crítica, não nos inibe de reconhecer as lacunas que eventualmente aí se encontrem e possam ser sanadas em revisões futuras.

<sup>68</sup> A atenção que o Prof. Doutor Joaquim O. Bragança dedicou persistentemente a manuscritos litúrgicos ilustra o que será necessário fazer em outros domínios. Que ele aceite a pequena homenagem destas notas que têm o sentido de lhe retribuir muitos gestos de amizade de que a sua gentileza é pródiga.